

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1011723-91.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**  
 Requerente: **Gestare Consultoria Em Engenharia Industrial Ltda Epp**  
 Requerido: **Digmotor Equipamentos Eletro Mecanicos Ltda**

**GESTARE CONSULTORIA EM ENGENHARIA INDUSTRIAL LTDA EPP** pediu a condenação de **DIGMOTOR EQUIPAMENTOS ELETRO MECANICOS LTDA** ao pagamento de R\$ 22.794,79. Alegou, para tanto, que foi contratada pela ré para prestação de serviços de treinamento e consultoria, entretanto não houve o pagamento das mensalidades vencidas no meses de junho a setembro de 2010. Afirmou, ainda, que a ré reconheceu a existência da dívida nos autos do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial que tramitou perante a 2ª Vara Cível local, ocorrendo, então, a interrupção do prazo prescricional.

A ré foi citada e contestou o pedido, aduzindo a prescrição da pretensão exercida pela autora, porquanto foi devolvido à credora o direito de exigir o crédito nas condições originais após a rejeição do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial, bem como por não ter ocorrido a interrupção do prazo prescricional. Além disso, sustentou que apenas houve uma proposta de acordo e que os juros moratórios devem ser contados a partir da citação.

Manifestou-se a autora.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Ao pedir em juízo a Recuperação Extrajudicial, a ré reconheceu dever para a autora certa quantia, omitida no extrato reproduzido a fls. 36, elaborado em 21 de novembro de 2011 (fls. 33). E remeteu correspondência explicitando os valores que admitia como devidos (fls. 41). O plano foi homologado em 14 de maio de 2013 (fls. 47).

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Portanto, contrariamente ao alegado, o plano foi inicialmente homologado, não importando que ato subsequente, de 10 de novembro de 2014, mais de um ano depois, tenha julgado *improcedente* o pedido (fls. 53). Essa "surpresa" não tem o condão de aproveitar o tempo decorrido, em favor da devedora e em desfavor da credora, para consumir a prescrição da pretensão de cobrança do crédito confessado. Aliás, ao confessar a dívida em 1º de novembro de 2011 (fls. 41), a ré deu causa à interrupção da prescrição (Código Civil, artigo 202, inciso VI), isso sem deslembrar a novação operada pela recuperação extrajudicial.

Enfim, afasto a arguição de prescrição.

A ré reconheceu os valores devidos em 1º de novembro de 2011 (fls. 41), não os pagou e está em mora desde então. Portanto, os juros moratórios retroagem. Não havia título executivo constituído anteriormente. Enfim, incidirão desde a admissão da mora pela ré devedora.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para a autora as importâncias de R\$ 660,00, R\$ 2.240,87, R\$ 3.767,62, R\$ 2.585,63 e R\$ 738,75, com correção monetária desde a data de emissão de cada nota fiscal e juros moratórios à taxa legal, contados desde 1º de novembro de 2011.

Responderá a ré pelo pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de dezembro de 2016.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**